



Eixo: Questão agrária, urbana, ambiental e Serviço Social.

Sub-eixo: Ênfase na questão ambiental.

A QUESTÃO AMBIENTAL E A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM SERVIÇO SOCIAL: UMA ANÁLISE DOS PERIÓDICOS DA ÁREA

MARIANA CAVALCANTI BRAZ BERGER¹

Resumo: Este artigo possui como objeto de estudo a produção do conhecimento em Serviço Social com ênfase na questão ambiental. A partir de uma pesquisa documental analisou os periódicos da área vinculados aos Programas de Pós-Graduação, considerando a importância da pesquisa para o pensamento social crítico. Constatou que a temática ambiental incide recentemente na profissão, malgrado o esforço dos profissionais em avançar nos estudos, na sistematização e na compreensão dos determinantes do complexo debate sobre os impactos ao meio ambiente natural devido à lógica destrutiva do capital.

Palavras-chave: Serviço Social; produção do conhecimento; questão ambiental.

Abstract: This work aims to study the production of knowledge for Social Work with emphasis in the environmental issues. It employs documental research of the main papers produced by the post graduate courses in the field and considers the importance of the research for the development of the social critical thinking. It was found that the environmental thematic is new for the Social Work professionals, although there is a recent effort to advance the studies, systematization and understanding of the determinants related with the complex debate about the environmental impacts due to the destructive logic of capital.

Keywords: Social Work; production of knowledge; environmental issue.

1. INTRODUÇÃO

As implicações da destruição ecológica no sistema capitalista se materializam desde sua origem, pois estão enraizadas na propriedade privada, na produção intensa de mercadorias e no lucro. A lógica do capitalismo gera contradições na medida em que o capital se apropria historicamente de suas fontes de riqueza (a terra e o trabalhador) de forma destrutiva e convertendo-as em mercadorias. Nestas se inclui, destacamos, a destruição da natureza como uma de suas manifestações mais drásticas.

Segundo Mészáros (2009, p. 52), “o problema da ecologia é real já algum tempo”, tanto o é “que Marx abordou a questão no início dos anos 40 do século XIX”. Contudo, apesar dos elementos apontados por Marx e Engels

¹ Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal do Maranhão. E-mail: <maricsbraz@yahoo.com.br>

projetando os danos ao meio ambiente e à própria humanidade, essa questão só adquiriu maior visibilidade no pós-II Guerra Mundial. A partir da segunda metade do século XX houve o fortalecimento da agenda política da esquerda, na qual uma das pautas era a discussão em defesa do meio ambiente fruto do movimento ambientalista anticapitalista (SILVA, 2010a).

A acumulação privada de riqueza produz e reproduz a questão ambiental e a questão social, as quais convocam o Serviço Social por meio de demandas profissionais. Inseridos no movimento dinâmico da sociedade, faz-se necessário que os assistentes sociais capturem demandas emergentes e desenvolvam “novas respostas pertinentes e efetivas” (MONTAÑO, 2007, p. 197).

Partimos da concepção que relaciona o entendimento da questão ambiental à questão social como uma unidade, organicamente vinculadas e decorrentes do modo de produção capitalista. Essas questões são históricas e estão entrelaçadas na organização social vigente, regida pelo modo de produção capitalista, ou seja, na racionalidade própria do capital. De modo que a degradação dos solos, intensificação na produção da tecnologia, poluição do ar, aumento da pobreza, violência, mercantilização dos recursos naturais, entre outros, são partes constitutivas da crise estrutural do capital – não é isoladamente o meio ambiente natural que está em crise, a crise é do sistema do capital –, que degrada o homem, os seus meios de sobrevivência e a realização de suas atividades ao subjugar-las frente aos interesses econômicos dominantes.

Os assistentes sociais atuam nas diversas manifestações da questão social no movimento concreto da realidade e devido a sua inserção nas tramas das relações entre as classes sociais sofre as determinações societárias, as quais atribuem especificidades à profissão na divisão social do trabalho, bem como se modifica a partir do protagonismo dos sujeitos. De acordo com Silva (2016, p. 30), “o projeto profissional se constrói e é construído, dialeticamente, no tenso processo sócio-histórico das lutas sociais materializado na formação sócio-histórica do Brasil”.

A emergência da questão social da questão social e o seu reconhecimento político-institucional são “o pano de fundo do processo de

institucionalização do Serviço Social, como profissão na sociedade” (IAMAMOTO, 2002, p. 95). Desse modo, a questão social com o Serviço Social acumula um vínculo estreito, por ser considerada matéria-prima desta profissão e eixo ordenador da formação profissional. Quanto à questão ambiental, constituiu-se um desafio aos assistentes sociais ao tornar-se uma área temática de maior interesse investigativo no limiar do século XXI.

Sobre a temática ambiental, Rafael e Silva (2010, p. 145) afirmam que, “vem interpelando o Serviço Social brasileiro, desde o início da década em curso, seja diretamente como espaço de intervenção seja como campo de pesquisa, período em que cresce a produção acadêmica nesta área”. Assim, esta temática incide muito recentemente na profissão, malgrado o esforço dos profissionais em avançar nos estudos e na compreensão dos determinantes do complexo debate sobre os impactos ao meio ambiente natural devido à lógica destrutiva do capital.

2. A PESQUISA NO SERVIÇO SOCIAL: EM DESTAQUE A PÓS-GRADUAÇÃO NA ÁREA

A década de 1930 marca a gênese do Serviço Social no Brasil com a criação das primeiras escolas de Serviço Social no Rio de Janeiro e em São Paulo. No processo histórico consideramos que os avanços (teórico e crítico) no eixo da formação profissional e na produção do conhecimento² ocorreram a partir da década de 1970, com a implementação de uma política de pós-graduação, ao encontro da dinâmica nacional que instituiu, em 1975, o Sistema Nacional de Pós-graduação, pelo qual a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) é responsável. O exercício da pesquisa na área questionou a produção europeia e norte-americana, as principais

² As produções do Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviço Social (CBCISS), embora baseadas no pensamento conservador de matriz positivista, subsidiaram os encontros de Araxá (1967) e Teresópolis (1970) e demonstram que a preocupação do Serviço Social com a produção do conhecimento antecede o surgimento da pós-graduação em Serviço Social, iniciando-se, portanto, durante o Movimento de Reconceituação.

influências teóricas até então, contribuindo para a ruptura com o pragmatismo histórico da profissão.

Nesse horizonte, a profissão buscou novos conhecimentos, nos quais a pesquisa na Universidade desempenha campo privilegiado por causa da articulação de suas funções: ensino, pesquisa e extensão. Costuma-se, no Brasil, ainda mais em tempos de neoliberalismo, associar com reducionismo a Universidade ao ensino, o que requer atenção para não subestimar a sua contribuição na produção do conhecimento. Ademais, a distinção entre as funções de ensino, pesquisa e extensão, no trabalho universitário, é apenas uma estratégia operacional, não sendo aceitável conceber os processos de transmissão da ciência e da socialização de seus produtos, desvinculados de seu processo de geração (SEVERINO, 2002, p. 122).

Entendemos que o elo de associação entre o ensino e a extensão é a pesquisa, a qual adota três dimensões: epistemológica (teoria do conhecimento); pedagógica (relacionada com a aprendizagem) e social (manifesta na extensão) (SEVERINO, 2002). Desse modo, a pesquisa em Serviço Social não é reduzida aos programas de pós-graduação ou às dimensões da formação e da produção do conhecimento, pois é fundamental na intervenção profissional e na organização política da categoria profissional, cuja potencialidade oferece condições de aproximação com o movimento concreto da realidade social e suas complexas determinações.

Embora contemplada em alguns currículos de Serviço Social, com a disciplina Metodologia da pesquisa, a pesquisa tornou-se uma disciplina obrigatória, em 1982, resultante da aprovação do Currículo Mínimo, neste mesmo ano, pelo Conselho Federal de Educação com regulamentação dos conteúdos e duração do curso de Serviço Social. As bases para esse Currículo originaram-se em um contexto de debates em torno da construção do novo projeto profissional, portanto, constituiu-se, segundo Abreu (2016, p. 237)

o primeiro grande esforço de superação da formação instrumental, tecnicista, conservadora, tradicional sob a forte influência do Serviço Social norte-americano, orientada para o ajustamento e integração social, estratégias do sistema dominante de controle social -, processo que contou com a participação do movimento estudantil, através do então Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESS), hoje Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO).

Nos anos 1990 ocorreram debates de abrangência nacional sobre as Diretrizes Curriculares, documento-síntese do projeto pedagógico crítico, a partir da necessidade apontada na Convenção Geral da Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (1993) de revisão desse Currículo, tendo-o como instrumento basilar na construção da nova proposta curricular. Esta proposta, por força de exigências do Ministério da Educação a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, “foi enquadrada no formato de diretrizes” e alterada em seu projeto inicial devido “a lógica da flexibilização econômica na base da reforma da educação” (ABREU, 2016, p. 252).

A substituição dos currículos mínimos por diretrizes curriculares foi - além do ensino a distância, mestrados profissionalizantes e exame nacional de curso - uma das medidas previstas na LDB, aprovada em um contexto de “privatização das políticas sociais, de favorecimento da expansão dos serviços privados, de diversificação e massificação do ensino e de reconfiguração das profissões” (BOSCHETTI, 2015, p. 645). Contudo, a preocupação da ABEPSS

foi manter a essencialidade da proposta curricular quanto à direção social, aos princípios fundamentais, à lógica curricular e aos conteúdos organizados nos três grandes núcleos de fundamentação, como condição para uma formação que garanta competência teórica, técnica e ética no exercício profissional no âmbito da prestação direta de serviços sociais e da ação educativa, formativa e organizativa junto aos sujeitos atendidos (ABREU, 2016, p. 252).

De acordo com Cardoso (2000, p. 15), a “nova lógica da estrutura curricular supera a fragmentação do processo de ensino-aprendizagem, não admitindo o tratamento isolado ou autônomo de nenhum de seus elementos constitutivos, nem sequência e hierarquia”. Nos termos do documento, “é, ao mesmo tempo, um desafio político e uma exigência ética: construir um espaço por excelência do pensar crítico, da dúvida, da investigação e da busca de soluções” (ABEPSS, 1996, p. 9).

As reflexões em torno de uma nova direção social na profissão, contraditoriamente, foram gestadas durante a ditadura empresarial-militar. Neste período abriram-se possibilidades de expansão para o Serviço Social tanto na formação (graduação e pós-graduação *stricto* e *lato sensu*), resultado da Reforma Universitária, quanto na intervenção - com a estratégia político-

ideológica dos governos militares de ampliação da oferta de benefícios e serviços sociais como medida apaziguadora da questão social, onde os assistentes sociais foram convocados para atuar de forma tecnocrata.

Nessa conjuntura ocorreu, embora com restrições, a inserção do Serviço Social no circuito da pós-graduação, com o primeiro curso de mestrado em Serviço Social na Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ) e na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), no ano de 1972. Foi também na PUC/SP institucionalizado o primeiro curso de Doutorado em Serviço Social da América Latina, no ano de 1980. A pós-graduação contribuiu ao capacitar a categoria profissional a produzir conhecimento na área das Ciências Sociais Aplicadas³, de modo que, apesar de em sua trajetória histórica o Serviço Social não adquirir *status* de ciência, essa condição não impede aos(às) assistentes sociais produzirem conhecimentos, “para além de respostas práticas a diversas questões” (SPOSATI, 2007, p. 16).

De acordo com Netto (2004, p. 124),

antes dos anos setenta, inexistiam cursos de pós-graduação em Serviço Social – e, ao fim do ciclo ditatorial, eles já totalizam 6 programas *stricto sensu* (dos quais 3 em instituições públicas: nas universidades federais da Paraíba, Pernambuco e Rio de Janeiro), sendo que apenas 1 oferece o doutoramento (o da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; os outros 2 programas privados são os das universidades católicas do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul).

As agências de financiamento, gestão e regulação, como a CAPES e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)⁴ – vinculadas diretamente ao Estado por meio dos Ministérios da Educação e da Ciência, Tecnologia e Inovação – têm contribuído no campo da produção do conhecimento e formação de pessoal para ensino, pesquisa e extensão nas Universidades brasileiras. Com seus quase cinquenta anos, a pós-graduação

³ A CAPES organiza as áreas do conhecimento em nove grandes áreas, quais sejam: Ciências Exatas e da Terra, Ciências Biológicas, Engenharias, Ciências da Saúde, Ciências Agrárias, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas, Linguística, Letras e Artes, Multidisciplinar. A área das Ciências Sociais Aplicadas é composta pelos cursos: i) Administração pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo; ii) Arquitetura, Urbanismo e Design; iii) Comunicação e Informação; iv) Direito; v) Economia; vi) Planejamento Urbano e Regional/Demografia e vii) Serviço Social.

⁴ Em 1984 o CNPq reconheceu o Serviço Social como uma área específica de pesquisa. A CAPES já havia incluído o Serviço Social como área do conhecimento em 1976.

no Brasil consiste em uma experiência exitosa ao qualificar um quantitativo de profissionais nas variadas áreas do saber e da tecnologia (SEVERINO, 2007).

O reconhecimento pela CAPES, do Serviço Social como área de produção de conhecimento, e pelo CNPq, como área de conhecimento, possibilitou ao Serviço Social o acesso a financiamentos públicos para pesquisa e a inserção de seus pesquisadores no quadro técnico desses órgãos. Dessa forma, a sua confirmação como área de estudo e pesquisa significa mais do que um procedimento burocrático, tendo em vista a luta e esforço dos assistentes sociais - fundamentais nesse processo: a ABEPSS, os programas de pós-graduação, os pesquisadores, entre outros - para superar a natureza exclusivamente interventiva que dá origem à profissão e a legítima na divisão social do trabalho. Ademais, a produção do conhecimento no Serviço Social subsidia a profissão em sua capacidade de análise, de investigação e de intervenção em defesa da classe trabalhadora.

Segundo dados da avaliação quadrienal da CAPES (2013-1016), a pós-graduação em Serviço Social conta com 52 cursos distribuídos em 34 Programas de pós-graduação presentes em todas as regiões do país, sendo 34 cursos de mestrado e 18 cursos de doutorado. A predominância desses cursos encontra-se nas Universidades públicas (mais nas federais do que nas estaduais) e em seguida nas Universidades privadas, demonstrando uma tendência oposta à formação profissional na graduação, visto que os cursos de Serviço Social estão majoritariamente nas Instituições privadas. Além dos 2 programas em Economia Doméstica, a distribuição dos programas na área básica corresponde a: 23 em Serviço Social, 6 em Política Social e 3 em Políticas Públicas (CAPES, 2016).

A partir dos anos 2000 as avaliações da CAPES têm demonstrado uma significativa expansão nos cursos de pós-graduação (mestrado e doutorado) em Serviço Social. Ilustram os números que se passaram dezoito anos para que houvesse 4 cursos de doutorado, comparando o ano do surgimento do primeiro doutorado na área em 1980 com o total no ano de 1998, nesse mesmo ano existiam 10 mestrados. Segundo dados da CAPES (2016), no contexto contemporâneo mais que duplicou o total de cursos na área, passando para 34, sendo 16 apenas de mestrado e 18 com doutorado e mestrado (CAPES, 2016).

Esses dados refletem a tendência construída no movimento de renovação teórica e crítica da profissão. Nesse processo, a pós-graduação, inserida nas dimensões da formação profissional e da produção do conhecimento, contribui com a sustentação do Serviço Social crítico, posto que o embasamento na teoria social crítica subsidia os profissionais para a análise do real na totalidade da sociedade.

3. A DIMENSÃO DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO: UMA ANÁLISE DA TEMÁTICA AMBIENTAL NOS PERIÓDICOS DO SERVIÇO SOCIAL

A construção, em um passado recente, e a resistência, em tempos de neoliberalismo, da perspectiva crítica na profissão, expressam o esforço do fortalecimento da pesquisa para os assistentes sociais. Esse processo permeia a profissão, sobretudo, pela produção do conhecimento através de publicações e consolidação dos periódicos na área. Manifesta-se, além disso, na capacidade de interlocução entre pesquisadores provindos do Serviço Social com outros vinculados a diferentes áreas, ampliando a inserção e a interlocução interdisciplinar e o reconhecimento da perspectiva histórico-dialética.

A produção do conhecimento fundamentada no aporte sócio-histórico da análise do real constitui-se, assim, campo fértil para uma abordagem que privilegie “a unidade dos elementos que são constitutivos da teoria social marxiana, sob pena de reforçar errôneas compreensões ‘economicistas’” (CLOSS, 2015, p. 261). No tocante a essa dimensão da profissão, analisamos a penetração da temática ambiental nos periódicos reconhecidos pela CAPES na área Serviço Social, que estão vinculados aos Programas de Pós-Graduação, como: O Social em Questão; Textos e Contextos; Sociedade em Debate; SER Social; Serviço Social em Revista; Serviço Social e Realidade; Em Pauta; Argumentum; Libertas; Revista de Políticas Públicas; Praia Vermelha e Katálysis. Além destes, pesquisamos os periódicos Serviço Social

e Sociedade e Temporalis⁵ devido à relevância e contribuição que possuem para a produção intelectual da área, apesar de não estarem vinculados diretamente a nenhum Programa de Pós-Graduação (PPG).

Desses 14 (quatorze) periódicos constatamos que a temática aparece como central em pelo menos 1 volume dos seguintes periódicos: a) Praia Vermelha (volume 19, n.2, ano 2009), tema: Questão ambiental – o planeta em risco?; b) Revista de Políticas Públicas (volume 15, n.1, ano 2011), com o tema: Políticas Públicas: Questão Agrária e Meio-Ambiente; c) Temporalis (n. 24, ano 2012), com o tema: Questão agrária, urbana, ambiental e Serviço Social; d) Katálysis (volume 15, n.1, ano 2012), tema: Relações Sociais, Desenvolvimento e Questões Ambientais; e) Textos e Contextos (volume 11, n. 2, ano 2012), tema: Urbanismo, território e meio ambiente.

Cabe ressaltar que esses periódicos estão vinculados aos PPG com maior produção de teses e dissertações na área Serviço Social, com exceção do periódico O Social em Questão (PUC-RJ), mas que aborda os seguintes temas: Cultura e Sustentabilidade (n.10, ano 2003); Desenvolvimento Socioambiental local (n.18, 2007) e Desastres e Justiça Ambiental (n.33, ano 2015).

Nos 5 (cinco) periódicos citados encontramos 14 (quatorze) artigos com as palavras-chave: questão ambiental e desenvolvimento sustentável no decorrer do texto. Através desses artigos presumimos que o caráter investigativo da profissão vem se ampliando a partir de pesquisas teóricas e de pesquisas de campo resultantes de reflexões acadêmicas e de sínteses de pesquisas de iniciação científica, mestrado e doutorado. Essa temática entrelaçada ao debate sobre as relações sociais capitalistas alcança relevância entre as áreas de investigação do Serviço Social.

Desse modo, após a leitura dos artigos, instituímos grupos temáticos que expressam as particularidades dos textos, como: a) (in)sustentabilidade e lógica destrutiva do capital; b) gestão ambiental pública e desenvolvimento

⁵ Pesquisamos todos os volumes da revista Serviço Social e Sociedade, do ano 1979 (primeira publicação) ao primeiro trimestre de 2017, que marca a revista de número 128. Encontramos 14 volumes impressos da revista Temporalis do ano 2000 (primeira publicação) ao de 2007 e mais 13 volumes disponibilizados online do ano 2010 a 2016.

sustentável; c) projetos de desenvolvimento capitalista; d) inter-relação entre questão agrária, urbana e ambiental; e) questão ambiental e Serviço Social. A sistematização desses grupos reflete as particularidades das pesquisas inseridas na totalidade social, e a realizamos com o propósito de organizar a exposição central dos conteúdos, assim, ocorreu com base nesses e não nos títulos dos artigos (LARA, 2008). Apesar de serem condizentes (os títulos com os conteúdos), em alguns artigos o termo desenvolvimento sustentável é apenas citado, por exemplo, na titulação de um documento: “Agenda 2015 - Plano de Desenvolvimento Sustentável”, ou aparece nas notas de rodapé ou nas referências.

Podemos inferir, a partir desses grupos temáticos, as tendências da produção do conhecimento em Serviço Social sobre a temática ambiental. A abordagem mais recorrente entre os artigos situa-se na problematização do desenvolvimento sustentável, onde os autores advogam a tese da insustentabilidade e da lógica destrutiva do capital.

A concepção de desenvolvimento sustentável explicitada nessas produções é de que se trata de uma construção ideológica e política proposta nos acordos internacionais para enfrentar a crise ambiental; contudo, as formas de enfrentamento não significam qualquer possibilidade de superação do capitalismo. Nos referidos artigos os autores concebem que as forças produtivas se apropriam privadamente da natureza gerando a sua destruição, posto que ao modo capitalista de produção importa transformar a natureza em mercadoria.

Consoante esses autores, privilegia-se na proposta hegemônica do desenvolvimento sustentável o enfoque no comportamento individual, ao atribuir para todos, sem distinção de classes, a responsabilidade pela preservação e pela degradação da natureza. Nessa proposta, a idealização da sustentabilidade supõe um conjunto de ações e iniciativas para minimizar a devastação capitalista em todas as esferas da vida social, como: o consumo consciente que evite o desperdício, o uso de tecnologias limpas, priorizando a técnica no tratamento da questão ambiental, operações como crédito de carbono. Essas são algumas das orientações que demonstram, embasadas na

teoria crítica, o fetiche do desenvolvimento sustentável como parte da estratégia da reprodução do capital.

Os artigos sobre gestão ambiental pública e desenvolvimento sustentável criticam a mercantilização dos espaços públicos, a ação destrutiva do meio ambiente no urbano, os esforços realizados pela gestão pública em prol da sustentabilidade das cidades brasileiras e o quanto as políticas de empreendedorismo aprofundam a concepção de cidade como uma mercadoria. Interessa à cadeia produtiva do turismo e do entretenimento os atrativos do meio ambiente; assim, o sucesso das políticas de empreendedorismo significa transformar “a natureza em espetáculo a ser consumido”. No entanto, as cidades brasileiras são marcadas por um “modo de vida desigual, ambientalmente e socialmente insustentável”.

A discussão sobre os projetos de desenvolvimento capitalista problematiza o padrão de desenvolvimento brasileiro, firmado em grandes projetos (monocultivo, mineração, construção de hidrelétricas, entre outros) e direcionados à expansão do capital, com apoio do Estado e expropriação dos bens naturais. A Amazônia consiste em um caso emblemático da expropriação da riqueza de recursos naturais no Brasil.

Os grandes projetos produzem e reproduzem as manifestações da questão social, ao afetarem a saúde da população, reduzirem a biodiversidade, gerarem poluição, insegurança hídrica e química e expulsarem as pessoas do campo para as cidades, acelerando o processo de urbanização. Esses aspectos demonstram a inter-relação das questões agrária, urbana e ambiental.

Manifestações dessas questões, como a violência (no campo e urbana) e a destrutividade, perpassam a totalidade da vida social, bem como as fases da inserção do Brasil, no capitalismo, são determinadas por interesses privados.

A terra, a cidade e os recursos naturais estão nas posses do capital, que os explora e saqueia em movimentos virulentos, nos quais os mais afetados são os povos nativos (ribeirinhos, indígenas, agricultores, quilombolas, seringueiros, entre outros), confrontados por interesses opostos aos seus modos de ser e viver, pois prevalecem aqueles regidos pela racionalidade do

capital. Assim, as questões agrária, urbana e ambiental são produtos do desenvolvimento das forças produtivas e dos conflitos provocados pela sociabilidade capitalista, havendo, portanto, uma unidade indissociável com o capitalismo.

No texto sobre a questão urbana e o Serviço Social, as autoras analisaram os artigos dos Encontros Nacionais de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), realizados no início do século XXI, e evidenciam, através do número de trabalhos apresentados, o esforço de sistematização e pesquisa da categoria profissional. Os demais textos do grupo temático questão ambiental e Serviço Social abordam os desafios para a atuação do Serviço Social no âmbito da questão ambiental e da política de meio ambiente e problematizam que o processo de gestão pública nessa área tem enfatizado a educação ambiental (reconhecida como Política Pública pela Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999)⁶ como uma das ações de enfrentamento da questão ambiental por parte do Estado.

Ainda quanto aos desafios ao exercício profissional, destacam as autoras a ausência de um órgão fiscalizador para o aspecto social, diante dos impactos decorrentes da construção de empreendimentos, posto que a inexistência desse órgão obstaculiza a análise técnica dos estudos realizados em campo pelos assistentes sociais. Consideram que para atuação profissional nessa área, a ampliação do debate faz-se imprescindível, haja vista que a posição assumida pelo profissional advém dos debates que ocorrem, inicialmente, na Universidade, os quais instrumentalizam a leitura crítica da realidade.

No cerne do debate sobre o ambientalismo, e na disputa por sua direção política, diversas correntes de pensamento se constituem moldando a intervenção intelectual e política. Embora amadurecida a interlocução teórica

⁶ Sobre esta Lei que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, Layrargues (2006, p. 9) analisa suas características situando-a na conjuntura brasileira. Considera que não houve participação dos educadores ambientais em sua elaboração, e que a sua implementação aconteceu sem as devidas condições sociais, acadêmicas e políticas. Para este autor, as características da Lei significam “uma estratégia ideológica preventiva para evitar que a concepção de educação ambiental definida nos termos legais assumisse contornos próximos do modelo já discutido no México, segundo se verifica nos trabalhos de Peralta (1997), Ruiz (1997) e González-Gaudiano (2001), que identificam na ‘educação popular ambiental’ um modelo apropriado às condições latino-americanas”.

dos assistentes sociais com expoentes da teoria social crítica, constatamos, com base na análise dos artigos, a presença de influências teóricas divergentes à tradição marxista, a exemplo do artigo que discute sobre a questão ambiental e a condição da pobreza, onde o enfoque abordado privilegia a individualização no enfrentamento da questão ambiental e de que esta tem como expressão o aquecimento global.

Em linhas gerais, os textos dos periódicos contribuem para a produção do conhecimento através de debates teóricos e interventivos no âmbito das relações capitalistas de produção e da destrutividade ambiental, dialogando ou não com o Serviço Social. Expressam a articulação interdisciplinar do Serviço Social com as demais áreas do conhecimento por meio das pesquisas realizadas, sobretudo, pelos Programas de Pós-graduação.

O acirramento da questão ambiental e da questão social reflete-se no aumento das demandas para os assistentes sociais, que devem contribuir para amplificar a voz dos trabalhadores. No editorial do periódico *Katálysis*, Layrargues (2012, p. 12) afirmou que através da “vivência profissional, e por que não dizer, militante, o assistente social é uma testemunha viva da insustentabilidade desse modelo produtivo”.

Identificamos também uma diversidade de temas no processo de construção do conhecimento, de modo que entre todos os periódicos mencionados, ou seja, mesmo aqueles sem volumes direcionados à temática em análise, possuem pelo menos um artigo que aborde o debate ambiental. Contudo, em sua grande maioria, com objetos de estudo transversais à questão ambiental e ao desenvolvimento sustentável, como: a relação entre gênero, trabalho e pesca artesanal; saúde do trabalhador; catadores de materiais recicláveis; trabalho extrativista; população tradicional; participação social; agricultura familiar; educação ambiental; agroecologia; economia verde; economia solidária; desenvolvimento local, regional e socioambiental; territorialidade; direito ao meio ambiente e água saudável; assentamentos de reforma agrária; trabalhadores rurais; questão urbana; crise ambiental; capitalismo; marxismo; terceiro setor e sustentabilidade.

Assim, concordamos com Silva (2010b, p. 146), que para o Serviço Social esse debate tem aparecido nos últimos anos, sobretudo, “como uma

temática transversal às outras áreas já tradicionalmente pesquisadas, quais sejam: questão agrária e urbana, saneamento, populações tradicionais, formação profissional, mundo do trabalho, juventude etc.". Essa diversidade de temáticas aparece em um número restrito de trabalhos, quando vinculada ao Serviço Social.

A pesquisa é fundamental para ampliação do debate da temática, objeto deste estudo, no Serviço Social. A contribuição, entre outros elementos, pode resultar em: problematização, produção intelectual e discussão nos espaços da formação profissional (graduação e pós-graduação), que, por conseguinte, aproximariam os assistentes sociais, ao se identificarem para atuar na área de um campo de trabalho.

Reafirmamos a importância e contribuição da pesquisa embasada na teoria social crítica, que se expressa no estudo marxista acerca da relação contraditória entre capital e natureza. Decerto, a "crise ambiental atual não pôde ser prevista por Marx, e não o foi. Mas tampouco pode-se atribuir-lhe um desinteresse pelo futuro do mundo natural. Todas as suas formulações partem de uma filosofia de união do ser humano com a natureza" (FOLADORI, 1997, p. 145). A base dos estudos de Marx "foi a análise do sistema capitalista e de seus efeitos sobre a classe operária. Não obstante, seu método lhe permitiu ver mais além do seu objeto de estudo, assinalando os impactos concomitantes da produção capitalista sobre a natureza" (FOLADORI, 1997, p. 145).

Desse modo, estudiosos marxistas enfatizam a existência de passagens ou "pistas", conforme Löwy (2005), sobre a discussão em alguns textos de Marx e de Engels. Esse posicionamento é mais nítido, sobretudo, quando há o entendimento de que "a crítica do capitalismo de Marx e Engels é o fundamento indispensável de uma perspectiva ecológica radical" (LÖWY, 2005, p. 20).

A crítica de Marx e de Engels à agricultura capitalista coincide com a eclosão da segunda revolução agrícola (1830-1880)⁷, caracterizada "pelo

⁷ Foster (2005, p. 212) resgata as raízes históricas dessa revolução, esclarecendo que "Nas décadas de 1820 e 1830, na Grã-Bretanha, e logo depois nas outras economias capitalistas em desenvolvimento da Europa e da América do Norte, preocupações difusas com a "exaustão do solo" levaram a um pânico virtual e a um aumento fenomenal da demanda por fertilizante. Os agricultores europeus da época invadiram os campos de batalha napoleônicos de Waterloo e Austerlitz e cavaram catacumbas, de tão desesperados que estavam por ossos para espalhar

crescimento de uma indústria de fertilizantes e pelo desenvolvimento da química de solos” (FOSTER, 2005, p. 210). Assim, denunciaram a degradação ambiental contrários ao discurso “de que tais formas de desenvolvimento eram inevitavelmente inerentes à ‘essência humana”” (MÉSZÁROS, 2009, p. 53), advertindo que o desenvolvimento da humanidade não precisava ser regido pela lógica destrutiva do capitalismo.

Desse modo, as contribuições de Marx no âmbito da questão ambiental fornecem elementos “para compreender as causas e tendências do comportamento do ser humano com seu ambiente” (FOLADORI, 1999, p. 83), ao mesmo tempo que demonstra os limites da economia neoclássica-keynesiana e ecológica, haja vista que as soluções, quando propostas, visam a reprodução do sistema e não explicam as causas da questão ambiental.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As demarcações teóricas no campo do marxismo são essenciais para distinguir as causas e consequências da destruição capitalista para a natureza e para a sociedade em sua totalidade. Ainda mais em um contexto respaldado nas diversas esferas da vida social por influências conservadoras e por mediações contraditórias.

A tradição da teoria social crítica incide na profissão há mais de três décadas, contudo esse processo não se concretiza de forma homogênea. Além disso, o referencial marxista só se concretiza na medida em que o fundamento teórico esteja articulado a uma prática transformadora no cotidiano profissional.

O presente estudo, em linhas gerais, sinaliza a crescente produção intelectual dos assistentes sociais por meio dos periódicos conceituados pela CAPES na área do Serviço Social, o que demonstra os avanços dessa categoria no campo do conhecimento marxista.

sobre os seus campos”. Estava, portanto, vinculada a necessidade de fertilidade do solo, que estava se perdendo, para alimentar a agricultura capitalista.

Malgrado os esforços dos assistentes sociais em fortalecerem a base científico-profissional, comprometida com as lutas sociais em direção à politização dos processos societários e ao fortalecimento da participação popular, a pesquisa em todas as dimensões da profissão - formação profissional, produção do conhecimento, intervenção profissional e organização política - deve expressar a luta e a resistência dos assistentes sociais para subsidiar uma prática profissional crítica e propositiva. Tanto como instrumento de luta e resistência, quanto para alcançar uma atitude investigativa e interventiva comprometida com a classe trabalhadora.

5. REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social**. (Com base no currículo mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 08 de novembro de 1996). Rio de Janeiro, 1996.

ABREU, Marina Maciel. A formação profissional em Serviço Social e a mediação da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS): as diretrizes curriculares/1996 em relação à perspectiva emancipatória no âmbito do avanço do conservadorismo. In: SILVA, Maria Liduína de Oliveira e. (Org.). **Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo**. São Paulo: Cortez, 2016. p.235-263.

BOSCHETTI, Ivanete. Expressões do conservadorismo na formação profissional. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n.124, p.637-651, 2015.

CAPES. **Documento de área: Serviço Social**. Brasília: Ministério da Educação, 2016.

CARDOSO, Franci Gomes. As novas diretrizes curriculares para a formação profissional do assistente social: principais polêmicas e desafios. **Temporalis**, Brasília, n. 2, 2000.

CLOSS, Thaísa Teixeira. Questão Social e Serviço Social: uma análise das produções dos periódicos da área. **Textos e Contextos**, Porto Alegre, v. 14, n. 2, p. 253-266, 2015.

FOLADORI, Guillermo. A questão ambiental em Marx. Tradução do castelhano de Patricia Vieira Trópia. **Crítica Marxista**, São Paulo: Boitempo, n.4, p. 140-

161, 1997. Disponível em:
www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo29Artigo8.pdf

_____. Marxismo e meio ambiente. **Revista de Ciências Humanas**. Florianópolis, n. 25, p. 82-92, 1999.

FOSTER, John Bellamy. **A ecologia de Marx**: materialismo e natureza. Tradução Maria Teresa Machado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LARA, Ricardo. **A produção do conhecimento em Serviço Social**: o mundo do trabalho em debate. Tese (Doutorado em Serviço Social)-Faculdade de História, Direito e Serviço Social. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2008.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. Do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável: evolução de um conceito?. **Proposta**, n. 25, 1997.

_____. Muito além da natureza: educação ambiental e reprodução social. LOUREIRO, C.F.B.; LAYRARGUES, P.P. e CASTRO, R.S. (Orgs.). **Pensamento complexo, dialética e educação ambiental**. São Paulo: Cortez, 2006. Disponível em:
<http://www.ifbaiano.edu.br/unidades/valenca/files/2011/05/MUITO-ALEM-DA-NATUREZA_EDUCACAO-AMBIENTAL-E-REPRODUCAO-SOCIAL.pdf>.

LÖWY, Michael. **Ecologia e socialismo**. São Paulo: Cortez, 2005.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

MONTAÑO, Carlos. **A natureza do serviço social**: um ensaio sobre sua gênese, a “especificidade” e sua reprodução. São Paulo: Cortez, 2007.

NETTO, JOSÉ PAULO. **Ditadura e serviço social**: uma análise do serviço social no Brasil pós-64. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2004.

RAFAEL, Paula Raquel Bezerra; SILVA, Maria das Graças e. A “questão ambiental” e Serviço Social no Brasil: uma curta história, novos desafios profissionais. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL (ENPESS), 12., 2010, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2010.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Educação e universidade: conhecimento e construção da cidadania. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**. v. 6, n. 10, p.117-124, 2002.

SILVA, Andréa Lima da. Desenvolvimento Sustentável e Desenvolvimento como Liberdade – faces imperativas da acumulação capitalista. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL (ENPESS), 12., 2010, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2010a.

SILVA, Maria das Graças e. **Questão ambiental e desenvolvimento sustentável**: um desafio ético-político ao Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2010b.

SILVA, Maria Liduína de Oliveira e. Serviço Social no Brasil: referências aos 80 anos. Apresentação. In: SILVA, Maria Liduína de Oliveira e. (Org.). **Serviço Social no Brasil**: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo. São Paulo: Cortez, 2016. p.25-48.

SPOSATI, Aldaíza. Pesquisa e produção de conhecimento no campo do Serviço Social. **Katálisis**, Florianópolis. v. 10, n. especial, p. 15-25, 2007.